

suspensa por quinze minutos e, quando reaberta, foi suspensa novamente até às treze horas e trinta minutos. Reabertos os trabalhos no horário aprazado e constatado o quorum regimental, fez uso da palavra o Deputado Wellington Moura, que manifestou-se no sentido de retirar da ordem do dia o relatório em separado que havia apresentado na reunião anterior. Após, o Senhor Presidente consultou os membros acerca de ser dado por lido o relatório apresentado pelo Deputado Thiago Auricchio, proposta que contou com a concordância de todos. Ato contínuo, colocou o relatório em discussão; não havendo oradores inscritos, procedeu-se à votação. Votaram favoravelmente ao relatório apresentado pelo Deputado Thiago Auricchio os Deputados José Américo, Wellington Moura, Thiago Auricchio e Edmir Chedid; manifestaram abstenção a Deputada Janaina Paschoal e o Deputado Sergio Victor. Aprovado como Relatório Final da CPI-Quarteirizações o documento apresentado pelo Deputado Thiago Auricchio. Na sequência, fizeram uso da palavra para agradecer e parabenizar a todos, especialmente a condução dos trabalhos feita pelo Deputado Edmir Chedid, os Deputados: Thiago Auricchio, Sergio Victor, José Américo e Janaina Paschoal. Em seguida, com a palavra, o Presidente da CPI apresentou um balanço geral dos trabalhos desenvolvidos, parabenizou e agradeceu a dedicação de todos, destacando o relatório apresentado pelo Deputado Thiago Auricchio; ressaltou também a importância das discussões acerca do assunto objeto desta CPI. Finalizadas as considerações dos Senhores Deputados, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Edmir Chedid, declarou encerrada a reunião, que eu, Leticia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei essa ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo senhor Presidente e por mim, concluindo-se os trabalhos da CPI-Quarteirizações. O completo teor dessa reunião foi gravado pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, integrará para todos os fins esta ata. São Paulo, em 02/12/2020.

Deputado Edmir Chedid
Presidente
Leticia Chamy Farkuh
Secretária

Debates

7 DE DEZEMBRO DE 2020 106ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CORONEL TELHADA e GIL DINIZ</p>

<p>RESUMO</p>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE 1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão. 2 - JANAINA PASCHOAL Discorre sobre a elaboração de um projeto de lei a respeito da adoção de crianças e adolescentes. Informa que a Frente Parlamentar pela Celeridade na Adoção de Bebês irá discutir o texto antes de enviar aos pares. Lê e explica artigos da matéria. Afirma que a propositura está de acordo com a Constituição Federal, Estadual, Estatuto da Criança e do Adolescente e respeita a fila de adoção. Esclarece que aceita sugestões para melhorar o texto. 3 - GIL DINIZ Assume a Presidência. 4 - DOUGLAS GARCIA Para comunicação, parabeniza o presidente do PTB, Roberto Jefferson, pela vitória na ação que questionava a possibilidade de reeleição nas Presidências da Câmara e Senado. Crítica debate ao tema pelo STF. Alega que os votos favoráveis são inconstitucionais. 5 - CORONEL TELHADA Endossa o discurso do deputado Douglas Garcia. Parabeniza os municípios aniversariantes. Informa as comemorações do final de semana e do dia de hoje. Comenta reunião no Comando Geral da Polícia Militar para elaboração do novo Código de Ética Policial. Notifica a entrega de novas viaturas à Defesa Civil de Francisco Morato. Cumprimenta os policiais militares que se formaram em 04/12. Discorre sobre a morte de casal envolvido no assalto a banco, em Criciúma. Disserta sobre o acidente com ônibus em Minas Gerais. Lembra veto, ao projeto de lei de sua autoria, que determina a instalação de câmeras de segurança em ônibus de viagem. Lamenta o assassinato de policial militar no Rio de Janeiro, em 05/12. Crítica a atuação do governo na Segurança. 6 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência. 7 - GIL DINIZ Considera inconstitucional a proposta de reeleição à Presidência da Câmara e do Senado. Afirma que a reeleição de cargos da Mesa Diretora é proibida pela Constituição e Regimento Interno. Lamenta o assassinato do cabo Cardoso, durante ocorrência no Rio de Janeiro. Repudia a falta de homenagens a policiais militares. Crítica os protestos contra o assassinato de João Alberto Freitas, em supermercado no Rio Grande do Sul. 8 - GIL DINIZ Assume a Presidência. 9 - CORONEL TELHADA Informa a prisão de criminosos envolvidos com o assassinato do cabo Cardoso, em ocorrência no Rio de Janeiro. Exibe vídeo em homenagem ao policial. Afirma que as leis favorecem ações criminosas. Alega que a Secretaria de Segurança Pública não defende os policiais. Clama pela valorização da categoria. 10 - PRESIDENTE GIL DINIZ Parabeniza o deputado Coronel Telhada pelo discurso. 11 - CORONEL TELHADA Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças. 12 - PRESIDENTE GIL DINIZ Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 08/12, à hora regimental. Levanta a sessão. * * * - Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada. * * * - Passa-se ao</p>

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Nesta data, segunda-feira, dia 7 de dezembro de 2020, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Maurício. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado

Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Luiz Fenando da Silva. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. V. Exa. tem o tempo livre. Estamos só nós dois aqui hoje, então não vou cobrar os cinco minutos da senhora.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., sempre presente. Eu também vou acabar abandonando V. Exa. hoje, porque tenho o Colégio de Líderes, e eu, mesmo não sendo líder, sou uma exnerida de carteirinha e procuro acompanhar todos.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade, Excelência, para dizer que neste fim de semana eu consegui fechar uma minuta de projeto de lei que eu vou amadurecendo nesse assunto da adoção, de que trata nossa Frente Parlamentar pela Celeridade na Adoção de Bebês.

Nós instalamos essa Frente, fizemos já algumas reuniões, tenho trocado ideias com vários colegas, todos muito participativos e gentis. Eu fiz a minuta, e a minha ideia é mandar essa minuta, num primeiro momento, para os membros da Frente, para análise, e na sequência para todos os colegas da Casa, com o intuito de obter apoio, de ouvir críticas, antes de protocolizar o projeto.

Não sabemos ainda qual será o último dia de funcionamento da Casa, mas, pelo que estamos avaliando, seria no dia 18, sexta-feira, não esta agora, a outra. Então, vou enviar esse projeto aos colegas. Vou tentar chamar uma reunião da nossa Frente nesse interim, até o encerramento das atividades oficiais na Casa, e quero aprimorar essa primeira versão, para poder apresentar.

Então, vou pedir licença a V. Exa., para ler não a justificativa, mas os artigos. É porque é também uma maneira de quem está em Casa, nos acompanhando, refletir sobre a proposta, enviar e-mail para o gabinete, com o intuito de melhorar, de melhor atender a população.

No estado de São Paulo, toda família que se encontrar na fila para adoção poderá funcionar como família acolhedora, desde que seja cientificada da possibilidade de a criança ou adolescente escolhido voltar para a família biológica. Parágrafo único: No caso do caput, que é a cabeça do artigo, a família que funcionar como acolhedora terá prioridade na adoção da criança ou adolescente por ela acolhido.

Art. 2º: No estado de São Paulo, salvo situação inequívoca de compra e venda ou de subtração, nenhuma criança ou adolescente será retirado de seus pais ou responsáveis sob alegação de irregularidade na adoção. Isso aqui vem trazer resposta para os muitos casos de crianças bem cuidadas, muito amadas, arrancadas dos seios de suas famílias por ordem judicial do nosso Estado.

No estado de São Paulo, exceto nas hipóteses já previstas em lei, nenhuma criança ou adolescente será automaticamente retirado de seus pais ou responsáveis sob a alegação de que houve condenação definitiva pela prática de crimes.

Art. 4º: No estado de São Paulo haverá busca ativa de famílias para as crianças e adolescentes que se encontrem na fila para adoção. Parágrafo único: A busca ativa também poderá ser feita relativamente a crianças e adolescentes que se encontrem acolhidos, porém ainda não cadastrados no sistema de adoção, seja nacional, seja estadual ou mesmo regional. Por incrível que pareça, ainda existem crianças e adolescentes invisíveis para o sistema de adoção no nosso País.

Art. 5º: As famílias já habilitadas para adoção... Isso aqui é uma inovação, sei que é polêmica, mas é necessário e importante. É uma inovação no que concerne aos costumes, porque a lei já permite isso aqui. Só estou deixando mais claro no âmbito estadual o que já é possível no federal.

Art. 5º: As famílias já habilitadas para adoção poderão visitar as instituições de acolhimento com o fim de conhecer crianças e adolescentes que se encontrem aptos a serem adotados e, uma vez ocorrendo identidade entre as partes, será possível solicitar a adoção por afinidade ou intuito personae.

Parágrafo único: A adoção de que trata o caput - ou seja, a cabeça do artigo - somente será deferida se não houver famílias interessadas no perfil da criança ou adolescente em posição mais favorável que a dos solicitantes na fila.

Eu quero, para encerrar, deixar muito claro que este projeto é conforme a Constituição Federal, a Constituição Estadual, porque os textos constitucionais prestigiam as famílias biológicas e também as famílias por afinidade. Este projeto é coerente com o Estatuto da Criança e Adolescente, que trabalha na proteção da criança concreta; aquela criança, aquele adolescente, e não o sistema de adoção, a fila. O projeto protege o sistema, cumpre a fila na medida em que fala em famílias já habilitadas, mas o projeto a frieza desse sistema.

Hoje, se houvesse a possibilidade de as famílias habilitadas visitarem as instituições, conhecerem as crianças, conviverem com essas crianças, eu tenho certeza de que mais crianças, sejam pequenininhas, sejam crianças mais maduras, sejam crianças com deficiência, seriam adotadas.

E os cursos de preparação para a adoção vão no sentido contrário. As famílias recebem orientação de não visitarem as instituições para não sofrerem a tentação de desejar adotar uma criança em especial. Com isso fecham-se portas.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Gil Diniz.

* * *

É um projeto polêmico, eu sei, mas é um projeto constitucional, é um projeto legal. É um projeto do qual estou convicta, mas aceito sugestões para tornar o texto melhor, para mais adequada e eficazmente atendermos o interesse maior das crianças e dos adolescentes envolvidos, e não de um sistema frio, que foi o que, infelizmente, acabou prevalecendo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas e aguardo as sugestões e o apoio. O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Obrigado, nobre deputada. Com a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos, Coronel.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. Vossa Excelência me permite uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Com a anuência do orador? Vossa Excelência tem a comunicação.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas utilizar esta comunicação para parabenizar o PTB, na figura do Sr. Presidente Roberto Jefferson, e também parabenizar o jurídico do próprio partido, na figura do Dr. Luís Gustavo, pela vitória ontem, através da ação que questionava a reeleição - possível reeleição - de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre na presidência da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Eu parabenizo, Sr. Presidente, única e exclusivamente o partido por buscar essa justiça, e não parabenizo o Supremo por dizer que a grama é verde. O texto da Constituição é claro. Então, os Ministros do Supremo entenderem que seis é igual a meia dúzia não é motivo de parabenizar.

O que causa um verdadeiro espanto é eles terem que se debrucar sobre esse tema e quase entender que seis não é meia dúzia. Entendeu? Por pouco. Então é um verdadeiro absurdo o número de ministros que votaram contra a Constituição ontem. Repúdio a esses ministros, e parabéns ao PTB por essa ação vitoriosa.

O Sr. Roberto Jefferson, presidente, conquistou o Supremo Tribunal Federal. Doutor Luís Gustavo, que Deus abençoe a todos. E vamos continuar lutando em nome da população e, principalmente, pela população conservadora do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Obrigado, nobre deputado. Com a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Presidente, todos que nos assistem pela Rede Alesp. Quero saudar,

como sempre faço, a presença do cabo Hércules e da cabo Bruna, em nome de quem saúdo nossa assessoria policial militar.

Eu quero iniciar o discurso de hoje, dia 7 de dezembro de 2020, realmente reforçando a fala do deputado Douglas, o absurdo de o Supremo ter que votar o que é óbvio, e quase não deu certo, por que... não é Douglas? Aliás, parabenizar o Douglas, porque foi promovido na faixa de Jiu-Jitsu. Está mancando hoje? Muay thai. Então parabéns. Foi promovido. Está mancando, mas foi promovido.

Realmente, é um absurdo o Supremo ter que discutir o que é óbvio e quase não passar ainda. Isso é para a gente ver o nível jurídico a que nós chegamos no Brasil, o nível da ditadura do Judiciário. Os que temiam que a ditadura viesse pelas botas dos militares estão vendo que a ditadura está vindo pelas togas.

Então a ditadura é do mesmo jeito. De nenhum jeito a gente aceita esse tipo de ditadura. É vergonhosa a atitude do nosso Supremo Tribunal Federal. Graças a Deus, pelo menos desta vez, nós tivemos mais pessoas ajuizadas, que fizeram com que esse descalabro não prosseguisse.

Quero iniciar hoje falando dos municípios aniversariantes. Na sexta-feira, nós tivemos os municípios de Santa Bárbara d’Oeste, Chavantes e Conchas. No sábado, nós tivemos os municípios de Sertãozinho e Taubaté. E hoje, dia 7, segunda-feira, o querido município de Mongaguá, lá no Litoral. Um abraço a todos os amigos e amigas desses municípios que nós citamos.

Na sexta-feira também foi o dia do perito criminal, uma função muito importante dentro da Polícia Técnico-Científica. Um abraço a todos os peritos criminais. Ontem também foi o dia da mobilização dos homens pelo fim da violência contra a mulher. Nenhum tipo de violência é aceitável, principalmente contra a mulher, partindo dos homens. É covarde, é absurdo, é vergonhoso isso aí.

Hoje, dia 7 de dezembro, também é o Dia Internacional da Aviação Civil. Um abraço a todos os amigos e amigas que trabalham junto à Aviação Civil, uma situação de extrema importância.

Hoje também é comemorado, dia 7 de dezembro, o ataque a Pearl Harbor, que colocou os Estados Unidos na Segunda Guerra. Foi no dia 7 de dezembro de 1941, portanto hoje estamos completando 79 anos de uma data importante para quem estuda a história militar, como nós estudamos.

Na última quinta-feira, eu ia falar isso na sexta-feira, mas não teve expediente, ou melhor, não teve sessão. Expediente teve, faltaram alguns deputados. Na quinta-feira, nós estivemos no Comando Geral da Polícia Militar, junto com o comandante geral, coronel Alencar.

Pode colocar a foto. O coronel Marcos Vinícius, subcomandante, o coronel Cabanas, o coronel Ironcide, o coronel Faria, enfim, vários oficiais do alto comando da Polícia Militar estiveram lá conosco para que nós iniciássemos a discussão sobre o novo código de ética da Polícia Militar.

Os estudos estão avançados. Por enquanto, não tem nada definido, é tudo estudo, mas temos certeza de que nós estaremos acompanhando de perto isso daí, para que seja feito tudo dentro da mais perfeita legalidade. Eu não duvido de que seria feito isso pela Polícia Militar, mas, quando feito a vinte mãos, é melhor do que feito a uma mão somente.

Então várias associações estão participando, inclusive a OAB, e nós, deputados, vamos participar diretamente, também, da feitaura do novo código de ética da Polícia Militar. Junto comigo estavam lá os amigos Sargento Neri, Major Mecca, Tenente Nascimento, Coronel Nishikawa e Adriana Borgo, todos deputados estaduais que estiveram conosco nesse dia, nessa reunião de grande importância para a Polícia Militar.

Na sexta-feira, também não pude comparecer porque fiquei aqui, na Assembleia, mas, no último dia 4 de dezembro, sexta-feira, graças a uma emenda que nós indicamos ao município de Francisco Morato, foi feita a entrega de viatura e mais equipamento para fortalecer a Defesa Civil da cidade de Francisco Morato. Põe a foto.

Está aí o coronel Nyakas, nosso secretário de Defesa Civil, chefe da Casa Militar, junto com a prefeita de Francisco Morato, recebendo a viatura e mais equipamento. Uma ação nossa junto ao município, valorizando aqueles profissionais que trabalham forte contra os problemas que afligem aquele município. Um abraço a todos lá.

Na sexta-feira também, nós tivemos a formatura de 2.669 soldados da Polícia Militar para reforçar o policiamento. Essa formatura foi feita de forma distinta em vários batalhões, devido à pandemia. Vários batalhões acabaram promovendo a formatura para não ser feita somente num lugar.

Esta formatura foi feita na Escola de Soldados, na sexta-feira de manhã, onde vários policiais militares, como a gente costuma dizer, passaram a pronto. Estão já aptos, trabalhando nas ruas em prol da população do estado de São Paulo. Mais 2.669 homens e mulheres soldados da Polícia Militar que estão trabalhando forte pela população de São Paulo.

Na última quinta-feira, é bom frisar isto aqui, foi preso um criminoso que estava envolvido na ação lá de Criciúma, aquele roubo a banco onde um policial militar foi seriamente ferido com tiros de fuzil. Na sexta-feira a Rota, junto com o primeiro Baep, em Campinas, prendeu um casal de criminosos.

A Sheila, como era o nome de uma das criminosas, foi presa junto com o criminoso, de nome Deixa eu ver o nome do safado. A Sheila foi presa, que é um dos criminosos. O outro indivíduo é o Eduardo, que aparece na foto, preso por policiais de Rota. Foram presos, e já chega a 11 o número de presos suspeitos de integrar essa quadrilha que atacou a agência bancária em Criciúma.

Também na sexta-feira nós tivemos aquele trágico acidente lá em Minas Gerais, onde 19 pessoas morreram quando aquele ônibus caiu de um viaduto, na Ponte Torta, em João Monlevade, Minas Gerais. Além dos 19 mortos, 20 pessoas ficaram feridas, entre elas 13 que seguem internadas.

Eu cito esse acidente por quê? Porque tem um projeto de lei que foi aprovado nesta Casa, de câmeras de videomonitoramento em transportes intermunicipais e interestaduais que passam pelo estado de São Paulo. Seriam obrigados a terem, dentro do ônibus, na frente e na traseira, câmeras de videomonitoramento para evitar esse tipo de desgraça. Põe a foto novamente, por gentileza? Evitar esse tipo de desgraça.

O motorista abandonou o ônibus. O ônibus despencou do alto de uma ponte. Morreram 19 pessoas, e 13 ainda estão gravemente feridas. De quem é a culpa? Quem vai pagar isso? A empresa? A culpa foi do motorista? Não foi? Você não tem como justificar nada e não tem como comprovar nada.

Por quê? Porque o Governo de São Paulo achou que o meu projeto não era adequado para a segurança dos passageiros. Está aí o resultado. Isso não evitaria o acidente, mas com certeza ajudaria muitas pessoas que estão envolvidas no acidente.

Para fechar esta minha primeira intervenção, Sr. Presidente, eu queria colocar em plenário aqui a morte desse policial militar do Rio de Janeiro, o cabo Douglas Constantino Barbosa. Ele foi o 53º agente de segurança morto em 2020. Já são 53 homens e mulheres das forças de segurança mortos no Rio de Janeiro.

Ele foi morto depois que o cabo Cardoso também - que eu vou falar na próxima intervenção - foi morto. Esse policial, o Douglas Constantino Barbosa, de 37 anos, foi morto no sábado, no dia 5 de dezembro. Ele estava em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

O que aconteceu? Ele estava em um estabelecimento na Rua Aiwa, em Santa Rita. Dois homens encapuzados chegaram de carro e desceram, indo em direção ao policial, que não teve reação. Os criminosos estavam armados com fuzis.

Ao atirarem contra o policial, fugiram do local levando a arma do policial. Vejam bem, foram lá para matar o policial. Não é roubo; não é tentativa de roubo; não é latrocínio. Eles

foram lá para matar o policial militar. Morreu porque era policial militar, simplesmente por isso.

O que é feito? Nada, nada, nada. Cinquenta e três homens e mulheres das forças de segurança foram mortos no Rio de Janeiro. Eu creio que aqui em São Paulo - não tenho o número exato -, mas eu acho que já passam de 100 este ano as mortes em serviço, de folga, de policiais militares, policiais civis. Então, continua o genocídio de policiais no Brasil e nada é feito.

Esse policial chegou a ser socorrido, mas faleceu, o policial militar Douglas Constantino Barbosa, de 37 anos. Cinquenta e três policiais foram mortos no Rio de Janeiro este ano e 82 estão feridos. É um absurdo; é uma vergonha estarmos no Brasil com esse tipo de criminalidade, com o favorecimento aos crimes e com a polícia totalmente impedida de trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Muito obrigado, nobre deputado. Convivo V. Exa. a assumir os trabalhos aqui na Mesa.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Seguindo na lista de oradores: deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.)

Pela lista suplementar: deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. V. Exa. tem o tempo que desejar na tribuna.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. Cumprimento aqui os nossos policiais militares, policiais civis aqui desta Casa, os nossos funcionários, quem nos acompanha pela Rede Alesp.

Presidente, não tem como deixar de falar desse assunto, que é a questão da reeleição nas casas legislativas, no caso Senado Federal e Câmara Federal. Faço minhas as vossas palavras e as do deputado Douglas Garcia, porque é um absurdo, dos onze ministros, cinco votarem para rasgar o texto constitucional mais uma vez. O STF parece que quer usurpar... Parece não, muitas vezes usurpa o trabalho do Legislativo, o trabalho daqueles que receberam votos para ali estarem e exercerem seu trabalho.

Por seis a cinco, mantiveram, ao menos desta vez, o que está escrito ali na Constituição. Está na Constituição Federal, está na Constituição Estadual, está no nosso Regimento Interno a vedação, a proibição de reeleição para o cargo de presidente, e, salvo engano, dos outros cargos da Mesa Diretora. Então, fica aqui esse alerta.

Vossa Excelência colocou muito bem. Para quem alardeava aqui que os militares que iam implantar um golpe de estado, que nós teríamos, mais uma vez, uma ditadura no País, a gente precisa ficar alerta. Porque, como diziam: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

A gente precisa ficar vigilante quanto a esses desmandos dessas pessoas que estão ali, legislando sem nenhum voto, sem representatividade popular. Querem legislar? Renunciem aí a seus mandatos de ministros, concuram a uma eleição à Câmara Federal, ao Senado Federal, e aí coloquem as suas propostas. Não rasguem a Constituição Federal. Por mais que eu discorde de um artigo ou de outro, de um ponto ou de outro, a gente precisa respeitar. A gente não pode fazer o que bem entende a qualquer momento.

Então, é uma vitória de Pirro neste momento, porque seis dos onze ministros apenas disseram: “olha, está escrito aqui no texto, o constituinte vedou a reeleição quando escreveu esse texto aqui da Constituição”. Então, querem mudar? Façam aí uma emenda à Constituição que a gente volta a discutir esse tema.

Então, o País respira, por enquanto, mas repito: o preço da liberdade é a eterna vigilância, e o povo brasileiro precisa ficar muito atento a esses onze togados do Supremo Tribunal Federal.

Para finalizar, presidente, quero prestar aqui as minhas condolências à família policial militar, principalmente a do Rio de Janeiro, pela morte cruel do cabo Cardoso. Todos aqui acompanharam aquelas imagens terríveis, abomináveis, da sua execução. Execução em combate, trabalhando, defendendo o povo carioca, o povo Fluminense.

E vejam vocês: a gente não viu nenhuma entidade de Direitos Humanos se manifestando, não viu nenhum deputado progressista, deputados que dizem defender funcionário público. Ou policial militar não é um funcionário público, não é um servidor público?

Duvido muito que, daqui desta tribuna, hoje, amanhã, deputados que vêm aqui homenagear “noia”, drogado que morreu em Parisópolis ou em qualquer outro lugar, venham aqui prestar condolências à família do policial militar. Por quê? Porque ele é policial militar. Isso é preconceito. A gente precisa chamar atenção.

Quem acompanhou nestes dias o cabo Cardoso - que foi internado ainda, tentaram salvar a sua vida -, viu os vídeos que ele tem com seus filhos, com sua família, viu a homenagem que a sua filha fez em seu sepultamento. Quem não consegue se comover quando vê essas imagens não tem coração.

E aquele verme, aquele marginal, aquele lixo, escória, um peso morto, o que ele fez? Se entregou. Olha só. Ligaram para a Defensoria, chamaram a Defensoria Pública, chamaram partido de esquerda... O presidente definiu muito bem, mas não vou repetir, não. Vão querer me colocar no Conselho de Ética.

Um partido de “pirocas”, PSOL, lixo. Foram lá defender aquele bandido, aquele criminoso, aquele verme. Se abraçaram no momento da prisão, porque sabiam que, se fossem trocar tiros com policiais, com a Core, com o Bope, com o Gate, neste momento ele estaria na pedra, em um saco no necrotério, estaria na vala, aquele verme, aquele lixo. Agora vai ser promovido ali na hierarquia dos bandidos, vai virar herói na cadeia, Coronel Telhada.

Esse marginal já tinha várias passagens, uma ficha corrida. O juiz que o soltou tem sangue nas mãos também. Assim como ele matou aquele policial, quantos pais de família ele não matou também? Quantos? Aquele foi filmado. Um policial militar, um servidor público, um pai de família, um marido cruelmente assassinado, olhem só vocês, dentro de um supermercado. E não teve comoção.

Teve comoção para aquele outro lixo lá do Rio Grande do Sul, que batia na esposa, que espancava a esposa, que ia no mercado e causava todo tipo de encenra no supermercado. Para ele, teve comoção, protesto, queimaram supermercado, foram à Paulista, pintaram a faixa de ônibus em frente ao Masp. E quanto ao policial? Ou a vida do policial não importa? A vida do servidor público não importa?

Bando de canalha, hipócrita, sem vergonha! Vocês se promovem na tragédia do nosso povo. Bando de lixo, defensor de bandido. Vocês, sim, são a escória da sociedade. Eu espero, eu espero que esse vagabundo, quem sabe, não seja solto aí numa audiência de custódia, como os progressistas gostam de soltar bandido, ou, quem sabe, na saidinha.

O que é dele está guardado, e eu espero, eu espero que muito em breve ele vá de encontro ao capeta no inferno, que é o lugar para esse tipo de lixo, peso morto, verme, vagabundo, que matou mais um pai de família, que matou um servidor público, que matou um policial militar que estava ali para defender a minha vida, a sua vida, e tomou um tiro na cara defendendo o povo do Rio de Janeiro, o povo brasileiro.

Ficam aqui os meus sentimentos, minhas condolências, à família policial militar do Rio de Janeiro e à família do cabo Cardoso, herói policial militar, que morreu com herói, combatendo esses lixos no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.